

REQUERIMENTO N.º 12007
(do Sr. Fernando Coruja)

Requer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC/CD, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, auditoria em todos os convênios e/ou contratos de repasses de recursos, realizados nos exercícios de 2005 e 2006, entre a FUNASA e entidades privadas, para atendimento aos povos indígenas.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso X do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União – TCU, auditoria em todos os convênios e/ou contratos de repasses de recursos, no âmbito das ações orçamentárias: *“6140 – vigilância e segurança alimentar e nutricional dos Povos Indígenas”*; *“6143 – promoção da educação em saúde dos Povos Indígenas”*; *“capacitação de profissionais para atenção à saúde da População Indígena”*; e *“6501 – atenção à saúde dos Povos Indígenas”*, firmados nos exercícios de 2005 e 2006, entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e entidades privadas, cuja modalidade de aplicação é *50 – transferências a entidades privadas* –, bem como as respectivas prestações de contas.

JUSTIFICAÇÃO

A Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**), criada em agosto de 1999, realiza suas ações sob a coordenação do Ministério da Saúde e tem como

responsabilidade estruturar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o Sistema Único de Saúde - SUS.

Até 1999, inexistia uma Política Setorial no SUS que atendesse a diversidade dos povos indígenas e viabilizasse o acesso adequado às ações de saúde o que gerou uma impossibilidade do exercício da cidadania e da garantia das diretrizes estabelecidas na Constituição, no que diz respeito ao atendimento de saúde diferenciado dos índios.

Essa situação de descumprimento dos direitos constitucionais não foi cessada com a criação da Funasa, haja vista os problemas que a comunidade indígena espalhada por todo o Brasil tem passado e denunciado por meio da mídia.

“Em 2006, índios Guajajaras paralisaram a Estrada de Ferro Carajás, para forçar mudanças no comando da Funasa no Maranhão. Acusavam a direção regional de negligência com a saúde da comunidade. Agora, a direção da Funasa descobriu que a coordenação maranhense pagou R\$ 4,5 milhões em táxi. Equivale a cerca de 39% do orçamento local da fundação e é maior que o orçamento da Funasa em 12 outros estados.” – *noticiado pelo Jornal do Comércio, em 28 de março de 2007.*

Em 2005, foi criada uma Comissão Externa na Câmara dos Deputados para apurar as mortes de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na ocasião, o objetivo era descobrir os motivos das mortes das crianças e apontar soluções emergenciais para que tais fatos não se repetissem, não apenas nestes estados, mas em todo o país. A referida Comissão produziu um relatório com indicações à Funasa, mas não foram tomadas providências adequadas para que essa crise na saúde pública fosse contida. O que continua sendo observado e noticiado é o aumento do número de vítimas de por desnutrição.

Diante do exposto, solicita-se ao Exmo. Ministro de Estado da Saúde que informe a cerca dos pedidos formulados neste Requerimento de Informação para que proporcione à população brasileira uma maior transparência das ações produzidas pelas entidades governamentais ou não-governamentais para conter o número de mortes indígenas por desnutrição.

Sala das Sessões, em de março de 2007.

Dep. Fernando Coruja

PPS/SC